

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 9.ª Sessão Ordinária

Realizada em 1.º de abril de 1971 — (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Domício Scaramella.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Agnaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Beinatti, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Eronay Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (46); achando-se ausente o sr. deputado Pinto Dias.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De outoria do sr. deputado Alvaro Fernandes Dias, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 294-70.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando o respeito que se deve prestar à Semana Santa, requeremos a suspensão dos trabalhos do Plenário, nos dias 7, 8 e 9 de abril.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, em virtude de atividades físicas no exercício do mandato representativo que absorvem, atualmente, a quase totalidade do tempo disponível, e tendo em vista a existência na bancada da ARENA de elementos altamente qualifica-

dos para a função, vem renunciar a honrosa indicação de seu nome, feita pela liderança da mencionada bancada, para integrar a Comissão de Saúde Pública, dêste Poder.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Paulo Camargo**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições, na forma regimental, Requer se digne Vossa Excelência, depois de ouvido o Plenário, determinar seja consignada na Ata dos trabalhos da Casa, um Voto de profundo pesar pelo passamento do jovem Jorge Felipe Daher Filho, ocorrido no dia 29 do corrente nesta Capital, à rua Alameda Cabral, n. 497.

O extinto era acadêmico de medicina, e filho do médico Jorge Felipe Daher e de Odete Calile Daher.

Requer, outrossim, que uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1.971

(a) **Rosário Pitelli**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que determine a inclusão na Ata dos Trabalhos desta Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro Fernando Mansur Wekerlin, ocorrido ontem em nossa Capital.

O extinto, filho do casal Harry Carlos Wekerlin, ex-diretor presidente da Credimpar, era professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná e engenheiro conceituado em nosso Estado.

Da manifestação dêste Plenário, solicita-se, ainda, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Antônio Belinatti**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer após ouvido o Plenário, um voto de congratulações à Rádio Cultura do Paraná, pela passagem dos seus dezoito anos de atividades ininterruptas, bem informando o povo de Curitiba e do Paraná, através de seus jornais falados e reportagens externas, atuando sempre de forma a ser a primeira a informar.

Solicitamos, que cópia do presente, seja enviado ao Diretor da Rádio Cultura do Paraná, senhor João Carlos de Aguiar.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Antônio Belinatti**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário...

Requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso, em data de 29 de março corrente, do 278.º aniversário de fundação de Curitiba.

Precisamente no dia 29 de março de 1693, a povoação de Nossa Senhora

da Luz dos Pinhais, era elevada à condição de Vila, graças ao pedido formulado pelos então moradores ao Capitão-Povoador Mateus Leme. Em 5 de fevereiro de 1842 ascendia à condição de cidade, com o nome de Curitiba. Em 26 de julho de 1854, era considerada a Capital do Estado do Paraná.

Daí para cá, a nossa bela Curitiba, tem despontado em suas subseqüentes administrações municipais, como uma das mais progressistas das capitais brasileiras.

Povo hospitaleiro e culto, o curitibano tem expandido sua simpatia e seu sorriso franco a todos quantos aqui têm aportado, daí a razão de sua cognominação como "Cidade Sorriso".

Considerada como a Coimbra brasileira, Curitiba apresenta o mais alto índice de progresso, cultura e renda "per capita", estando por isso alinhada já entre as grandes metrópoles.

Como curitibano e um dos representantes do Município na Assembléia, não poderia deixar de expressar a minha satisfação pelo auspicioso acontecimento.

Assim, uma vez aprovado a presente proposição, dê-se ciência ao exmo. sr. prefeito municipal dr. Jaime Lerner e à Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de regozijo e de aplauso pela designação do monsenhor Eduardo Rodrigues Machado para o Cargo de Conselheiro Estadual da Educação.

Dentre as nomeações para cargos daquele Colegiado. Sua Excelência o senhor Governador do Estado houve por bem escolher um antigo batalhador em prol da Educação do Paraná, radicado há muitos anos no Sudoeste do Estado, primeiramente como Vigário e Professor no município de Mariópolis e, posteriormente, como Monsenhor e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Palmas. Não bastasse o exigido pelo art. 71 da Lei n. 4978, de 5 de dezembro de 1964 — "notável saber e experiência, em matéria de Educação" — o monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, português de nascimento e brasileiro por opção, ao longe de sua existência em nossa Pátria, revelou-se emérito educador, possuidor de invejável Cultura, preocupado sempre com os problemas educacionais do interior paranaense razão que o levou a criar e instalar o Ginásio de Mariópolis, um dos primeiros do Sudoeste e, mais recentemente, a organizar, criar e fazer funcionar uma das Faculdades modelo do Paraná, a de Filosofia de Palmas, da qual é Diretor.

Requer-se, outrossim, seja do presente requerimento dado conhecimento ao excelentíssimo senhor Governador do Estado do Paraná e ao conselheiro monsenhor Eduardo Rodrigues Machado.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) Cândido Marti d. Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer a V. Exa, ouvido o Plenário, que se encaminhe ao exmo. sr. Ministro dos Transportes, apelo no sentido das providências daquela Pasta, para a complementação do revestimento asfáltico na rodovia Curitiba-Capela da Ribeira, fronteira com o Estado de São Paulo, um trecho de apenas 134 kms. Esta estrada, a mais antiga ligação Paraná-São Paulo, passa pelos municípios de Bo-

caliúva do Sul e Adrianópolis, região de grande nível demográfico e com imensas indústrias de importância, entre elas a PLUMBUM S.A., mineração de chumbo, prata e ouro, a maior da América do Sul. O movimento diário na estrada é de 420 veículos, aumentando, enormemente, quando ocorre interrupção no trânsito da BR-116.

O seu asfaltamento foi concluído no projeto do Plano Nacional de Viação, caráter prioritário, e os trabalhos foram iniciados em 1965, sendo concluídos logo depois.

Além do mais, a conclusão nos trabalhos de asfaltamento desse trecho, desafogaria em mais de 20% o trânsito na BR-116.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Quiêse Crisóstomo da Silva**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, Requer, após ouvido o Plenário, que a Presidência solicite ao senhor Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, o início das obras de asfaltamento do trecho rodoviário Warta-Sertanópolis, na região Norte do Estado.

A região, uma das mais ricas do Paraná, sofre no momento, um êxodo, por falta de escoamento de sua produção e condições de trabalho, o que vem provocando o despovoamento e a conseqüente miséria, perdendo o Estado, manancial econômico dos mais atraentes e prósperos, problema este, que pode ser resolvido facilmente com a realização de uma via de acesso pavimentada.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Alvaro Dias**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições Regimentais, Requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao exmo sr. Ministro dos Transportes, ofício, encarecendo a premente necessidade e conveniência da rodovia "Contorno Sul de Curitiba", numa extensão de 30 quilômetros, partindo da localidade "Ferraria", município de Campo Largo, com início na Estrada do Café, cortando a BR-116, nas imediações da localidade "Pinheirinho" — BR-101, próximo ao Aeroporto Afonso Pena — PR-277, nas imediações do Guatupê, cruzando ao norte dos Municípios de Piraquara e Quatro Barras, ligando novamente a BR-116 além do último município citado. Pretende-se com essa estrada o total desafogo do trânsito da Capital e periferia. Sabe-se da necessidade da estrada pelo elevado índice de acidentes que diariamente se verifica, na casa de 17 ao dia. Com a construção dessa Rodovia, desviando-se o centro da cidade, o movimento de veículos, calculado em 2.000 ao dia, provenientes das diversas regiões do Estado e de Estados fronteiriços, seria desafogado, com maior margem de segurança. Viria por certo, tranquilizar os habitantes da Capital paranaense e trazer desenvolvimento social e econômico das regiões abrangidas pela referida Rodovia. Acredito, assim, ser ouvido nosso apêlo, para isso contando com o apoio de nossos Pares e com o alto espírito humano e público de que é dotado sua Exa. o ministro Mario Andreazza.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Leopoldo Jacomet**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício

ao excelentíssimo senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação, no Rio, solicitando sua intervenção no sentido de se dar maior flexibilidade ao crédito imobiliário.

Esta solicitação prende-se ao fato de que um dos maiores problemas do setor da construção que opera na área do Banco Nacional de Habitação (BNH) e que continua a existir até agora, reside nos limites fixados para o comprometimento da renda familiar. Para a concessão de financiamento ao adquirente é exigida uma renda familiar de quatro vezes o valor da prestação a ser paga.

Um financiamento de Cr\$ 50 mil em 15 anos — um apartamento de sala e três quartos — corresponde, com os seguros, a uma prestação de amortização no valor de Cr\$ 620,12. O comprador precisa, neste caso, comprovar uma renda familiar de Cr\$ 2.480,40. Em razão disso, todos os que ganham entre Cr\$ 1,6 mil ficam marginalizados de um financiamento desse nível, embora disponham para o pagamento da prestação de cerca de Cr\$ 1 mil a Cr\$ 1,8 mil. Desta forma, esses compradores ficam afastados da possibilidade de um financiamento apesar de terem renda média de Cr\$ 2 mil mil mensais. Com isso, esse grupo de pessoas é obrigado a morar nos subúrbios.

A solução que parece ser a mais viável e capaz de eliminar o atual estrangulamento do mercado imobiliário, é o sentido de que o comprometimento da renda familiar para aquisição da casa obedece aos seguintes níveis:

- a) — Renda até 10 salários-mínimos — comprometimento de 25%;
- b) — Renda de 10 a 15 salários-mínimos — comprometimento de 30%;
- c) — Renda de 15 a 20 salários-mínimos — comprometimento de 40%;
- d) — Renda de 20 salários-mínimos — comprometimento livre.

Esta sugestão tem um alto sentido social e poderia ser efetuada pelo BNH.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios ao excelentíssimo senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que se dê continuidade à estrada BR-476, no trecho de União da Vitória à Barracão.

Esta estrada que liga Curitiba à União da Vitória está praticamente pronta, o que deverá ocorrer até o mês de julho, daí sugerimos o presente requerimento para que aquela obra não sofra interrupção e seja acelerado sua conclusão até a fronteira com a Argentina, de acordo com o plano traçado pelo D.N.E.R. e Ministério dos Transportes, em virtude do aspecto econômico que representa a citada obra.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Domício Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, para sugerir que seja disciplinado o uso de carros oficiais do Estado.

Nossa sugestão visa o bom desempenho da função pública no sentido de que os veículos de propriedade do Governo do Estado não sejam usados para serviços particulares e nem fora de horário de trabalho, o que viria de encontro aos altos interesses do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971.

(a) **Domício Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo senhor Presidente da República, ao excelentíssimo senhor Ministro da Fazenda, ao excelentíssimo senhor Ministro da Indústria e Comércio e ao ilustre senhor Presidente da EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo — veemente apêlo no sentido de que sejam acelerados os estudos para a implantação de Entrepósitos de Vendas, de produtos nacionais e estrangeiros, em Foz do Iguaçu, que deverá funcionar nos moldes da "Zona Franca de Manaus".

No dia 28 de março próximo passado, tivemos a satisfação de constatar, através de notícia veiculada pelo jornal "Diário do Paraná", que a idéia da criação de um Entrepósito de Vendas em Foz do Iguaçu, nos moldes da "Zona Franca em Manaus", volta novamente a ser cogitada.

Tal medida, por nós propugnada desde 1967, quando através de requerimento dirigido à Presidência da Casa, solicitávamos a constituição de Comissão Especial para o estudo da matéria, é, no momento, objeto de cogitações das Federações das Indústrias do Centro-Sul do País, que estão patrocinando encontro, a ter lugar na primeira quinzena de abril e que deverá contar com as presenças dos excelentíssimos senhores ministro Delfim Netto e governador Haroldo Leon Peres.

Contra a importância da providência proposta, poucos argumentos podem ser levantados. Os resultados espetaculares, obtidos com a criação da Zona Franca de Manaus, aliado ao fato de que, com jogo livre na Argentina e no Paraguai, é grande o afluxo de turistas que procuram Foz do Iguaçu e que se está processando um esvaziamento econômico do lado brasileiro da fronteira, onde apenas a indústria hoteleira tem encontrado condições de se desenvolver, nos levam a encarar a medida com a maior seriedade.

Do lado argentino e paraguaio, tal fato não acortece, o comércio floresce intensamente, graças às facilidades comerciais encontradas, captando riquezas que poderiam ser perfeitamente fixadas em nosso território.

Outro fator de grande importância deve, também, ser levado em consideração com as facilidades de comercialização que advirão da criação de um Entrepósito de Vendas para produtos nacionais e estrangeiros em Foz do Iguaçu, se estará criando concomitantemente o pólo de desenvolvimento para o nosso Estado, pois capitais nacionais e estrangeiros serão atraídos para a implantação de novos empreendimentos industriais na região, com os decorrentes benefícios de ordem econômica e social.

Sala das Sessões, em 10. de abril de 1971.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviada, sugestão, por esta Casa, ao senhor Governador do Estado, no sentido de que seja providenciado o asfaltamento da rodovia que liga a Capital ao Município de Colombo.

Não se pode compreender que um município, que detem a maior produção de uva do Estado e o recorde de extração de cal no Paraná, tenha que se sujeitar aos caprichos da natureza para escoar a sua produção. Em temporadas chuvosas, Colombo fica ilhado e o município, incluído pela Parazatur, como centro de atração turística no seu calendário, através de suas grutas na região de Bacaitava, está à espera do asfaltamento de sua rodovia, numa promessa que já ultrapassou um decênio.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1971.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário seja solicitada à TELEPAR, a viabilidade de estudos para a implantação de uma rede telefônica no município de Cêrro Azul.

Por outro lado, também solicita a instalação em caráter urgente de um Posto Telefônico naquela comuna.

Não se concebe, senhor Presidente, que no mundo atual, onde a comunicação já se efetiva extra-terrenamente, que vemos uma Copa do Mundo pela TV, através de um satélite que se fale com Londrina como se telefonasse urbanamente, tenha o município de Cêrro Azul, que dista apenas 130 klm. da Capital, que se comunicar com Curitiba, através de telégrafo.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao excelentíssimo senhor Haroldo Carvalho, digníssimo secretário de Educação, pedido solicitando providências para a restauração do prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão de Antorina no município de Rio Negro.

Aquele prédio abriga também, à noite, alunos do Colégio Estadual José Gribozi, e está pondo em perigo a vida de centenas de colegas e professores, pela falta de garantia que oferece.

As escadas estão a ponto de desabar, as paredes ameaçam ruir e a situação angustiante vem trazendo sérias preocupações aos pais dos alunos, que ameaçam retirar seus filhos da escola.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

É com satisfação que, pela primeira vez, ocupamos a Tribuna desta Casa, e entendemos que não seria justo deixarmos, nesta ocasião, de tributar a todos os companheiros da Capital e do interior, que nos conduziram a esta condição, as nossas homenagens, reafirmando que aqui daremos o melhor de nossos esforços.

Aos nobres Deputados, tanto os reeleitos como os que ingressam nesta nova função, expressamos o nosso contentamento por estarmos juntos na certeza de que, unidos, lado a lado, poderemos, contando com a participação de todos, lutar em prol de nosso povo e do Paraná.

Entendemos, sr. Presidente, srs. Deputados, que nossa posição política há muito já foi definida, pois é público que pertencemos à Aliança Renovadora Nacional, partido pelo qual nos elegemos e cujas diretrizes, em consonância com sua liderança, pretendemos seguir.

Também não é menos público que tivemos a oportunidade e a satisfação de acompanhar em diversas cidades de nosso Estado S. Exa. o sr. governador Haroldo Leon Peres, por ocasião da última campanha eleitoral, evidenciando-se assim nossos propósitos de luta e a confiança em seu Governo, pretendemos apresentar nossa modesta colaboração, não somente através de pronunciamentos desta tribuna mas, sobretudo, procurando desenvolver trabalho nas Comissões e esforçando-nos em apresentar projetos que ampliem as possibilidades de nossa gente.

Desejamos também, nesta oportunidade, para conhecimento da Casa, apresentar e justificar o seguinte requerimento: — (lê)

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental,

R E Q U E R

1.º — a inserção, na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de louvor à Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e à Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, pela assinatura de convênio que tem por objetivo a realização, em Curitiba, de Cursos de Extensão Universitária sobre Engenharia Municipal.

2.º — seja dada ciência desta decisão, ao eminente professor dr. Alga-cyr M. Mäder, diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, 01 de abril de 1971

(a) BORSARI NETTO

J U S T I F I C A T I V A

O requerimento encontra justificativa ao se notar a preocupação da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná de se integrar e colaborar no esforço que se verifica no País visando dotar os municípios das condições básicas para realizarem atividades e obras necessárias ao desenvolvimento social e econômico e à melhoria das condições de vida dos municípios realizando Cursos de Extensão Universitária sobre Engenharia Municipal.

Essa realização pioneira no Brasil, da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e SUDESUL, objetiva orientar e treinar engenheiros arquitetos, através de informações e trabalhos práticos sobre aspectos institucionais, administrativos e econômicos; sistemas urbanos e desenvolvimento urbano integrado, melhor subsidiando-os para colaborarem na promoção do desenvolvimento dos municípios, prestando aqueles que regem as entidades públicas municipais o indispensável assessoramento”.

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Pela primeira vez ocupo esta tribuna e o faço com satisfação, neste momento que julgo oportuna, com os melhores propósitos de prestar a minha humilde colaboração ao Estado. Como Deputado eleito pela região do Vale do Ivaí, uma região essencialmente agrícola, posso dizer que, até aqui, muito se tem falado no homem do campo, no trabalhador rural, e pouco se tem realizado.

Foi com atenção e com alegria que ouvi o pronunciamento de Sua Excelência, o sr. Presidente da República, encaminhando Mensagem ao Congresso Nacional, em que cria a Previdência Rural, oferecendo assistência e mais amparo e, inclusive, aposentadoria ao trabalhador rural.

Merece o nosso aplauso, e para que as congratulações à Sua Excelência o sr. Presidente da República fosse de todos nós, encaminhei à Mesa um requerimento nesse sentido.

Srs. Deputados, todos nós sabemos que o trabalhador rural é o homem que luta com as maiores dificuldades; vêm os contratempos prejudicando as colheitas; plantam, quando colhem o preço é baixo, sempre esperam para o ano que vem! Mas o que é mais triste ainda é que o trabalhador contribui para o desenvolvimento da Nação, e só aparece no fim, nos momentos mais difíceis — que é a hora da doença mas não como trabalhador; aparece como indigente, quando ele deveria ter uma recompensa pelo seu trabalho. Falei

muito na campanha política referindo-me à assistência ao trabalhador rural, falei muito da necessidade de reestruturação da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, que vinha prestando relevantes serviços em vários pontos do Estado e que poderia prestar muito mais ainda, se houvesse uma reestruturação, e, quando falo em reestruturação, falo em prestigiamento de quem trabalha, falo na extinção dos cargos que só servem como cabide de emprego. Não estou autorizado a falar, mas sei que se pensou até na extinção da FATR, dadas as condições de seu estatuto, alterado para proporcionar mais cargos e melhores vencimentos.

Confio no Governo do Estado, que está imbuído dos melhores propósitos, e que reestruturará a FATR, dando melhores condições de funcionamento para que possa, junto as iniciativas do sr. Presidente da República, dar melhores condições ao homem do campo.

Mais uma vez, ao encerrar as minhas palavras, congratulo-me com Sua Excelência, o sr. Presidente da República, tributando como um dos principais atos do seu Governo, deste grande Governo que está fazendo, dando novos rumos ao nosso País, onde hoje podemos dizer que há esperança, há fé, compreensão, há paz, há trabalho.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Por ocasião da visita que Sua Excelência, o sr. Governador do Estado fez ontem a esta Casa, não tomamos conhecimento da situação em que se encontra a COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica —; não sabemos se é boa ou má, a situação financeira da COPEL, se está dando lucro ou prejuízo, porque não foi mencionado aqui, a parte relativa a COPEL.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, muitos municípios do Paraná são servidos com a energia elétrica da COPEL órgão que pertence ao Governo. E procuramos, num apanhado de dados, verificar que o órgão do Governo, uma empresa de energia elétrica do Governo, que tem obrigação de proporcionar o barateamento da energia elétrica, pois, através desta mesma energia, estaremos levando o progresso para o interior, para os pequenos povoados do Paraná e até mesmo algumas indústrias, porque algumas cidades não possuem indústria, exatamente pela deficiência de energia elétrica e estamos aqui, sr. Presidente, com os dados comparativos entre o preço cobrado pela Copel, que é do Governo, que tem por obrigação vender luz barata para o povo, e uma empresa particular. Uma empresa particular não faz benefícios, ela normalmente vende diretamente o lucro, e nós vamos observar então, entre os dados que temos de uma empresa particular e uma empresa do Governo, os seguintes dados:

Da Copel: baixa tensão 022549 centavos, e uma empresa particular, baixa tensão 014892 centavos. Diferença: A Copel vendendo a luz na baixa tensão 15% a mais que uma empresa particular.

Da Copel: alta tensão 008967 centavos por KWA; empresa particular, por alta tensão, vamos encontrar 004239 centavos. Diferença de preço da Copel para empresa particular, 102,1%.

Ora, sr. Presidente, srs. Deputados, nós ainda estamos preparando mais detalhes, porque estamos começando agora a nossa vida como Deputado. Iremos levar avante estes nossos trabalhos, porque não podemos entender qual a razão de uma empresa particular vender uma energia elétrica por um preço e uma empresa que é do Governo, que não pode visar o lucro e sim o bem da comunidade do Paraná, nós vamos observar a diferença absurda que é este preço, preços que fomos encontrar em diferença apenas numa empresa, mas iremos futuramente buscar novos detalhes sobre novos estudos e sobre matéria futura que haveremos de trazer para esta Casa.

Se a empresa é do Governo, tem por obrigação servir ao Governo e jamais explorar o povo.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao sr. Deputado que seu tempo está esgotado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço. Era o que tínhamos a dizer. (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Alvaro Dias, quarto orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho a esta tribuna com certa tristeza no dia de hoje, para fazer um pronunciamento de cunho político, porque num dos municípios de grande importância de nosso Estado, o município de Maringá, o seu Prefeito deixou o partido pelo qual se elegera para ingressar no partido do Governo.

Sentimos, como o povo deve estar sentindo, a frustração de quem confiava na sinceridade de propósitos, na firmeza de conduta de um homem público. Lembramo-nos, hoje, de certas declarações do mesmo homem, há menos de um ano, na Conversação do MDB em Londrina, quando criticava com veemência aqueles que deixavam o partido da oposição para se acobertarem junto à proteção do Governo.

Entendemos que o homem, na vida pública, pode ser tão útil na oposição como na situação, desde que exerça seu mandato, seja ele de Executivo ou de Legislativo, com firmeza de propósitos, com convicção, com despreendimento. Desde que procure colocar acima de tudo, acima dos interesses particulares e até mesmo partidários, os interesses de sua comunidade e os interesses do povo.

Lamentamos profundamente, e queremos dizer que se enganam aqueles que pensam estar o barco se afundando, porque confiamos no MDB, sobretudo porque o povo passa a entender a sinceridade de propósitos dos homens que integram o partido da oposição.

Não procuramos jamais destruir. Procuramos, isto sim, exercer uma oposição coerente com nossos princípios e teses, mas nos afastando completamente do propósito de destruir a ação deste ou daquele homem que seja governista. Queremos reafirmar, com convicção, mais uma vez que o homem de oposição pode servir ao Estado e ao País. E este é o propósito da bancada emedebista nesta Casa, é este o propósito do MDB do Paraná, e, lançamos daqui um apêlo a todos aqueles que ingressaram neste partido, que procurem corresponder a confiança neles depositada pelo povo, que procurem, mesmo sofrendo as consequências de estar longe da cobertura governamental, ser homens conscientes de seus princípios. O homem decente não procura facilidades na vida pública.

Alguém já disse desta tribuna, e repito, o MDB é um partido pequeno, mas um partido decente. Preferimos poucos homens, mas homens que tenham convicção e que sigam uma linha de conduta que venham de encontro ao interesse popular, de encontro a aspiração da comunidade.

Deixamos aqui, sr. Presidente e srs. Deputados, como jovem que somos, a nossa palavra de confiança no partido de oposição, porque temos ouvido do próprio Presidente da República, sobretudo em seu livro "O jogo da verdade", temos ouvido do sr. Presidente da República, que deseja dois partidos fortes, que deseja o fortalecimento de pelo menos dois partidos, não apenas um. Que necessita ele de uma oposição e quer que esta seja realmente desempenhadora do papel de fiscalizadora dos órgãos públicos.

Confiamos, portanto, em nosso partido e acreditamos na possibilidade de seu fortalecimento com os homens que possui no dia de hoje. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Não estávamos inscritos, aliás, não tínhamos conseguido nossa inscrição, na tarde de hoje, para o Grande Expediente, mas, como o assunto que vamos tratar diz respeito a um dos mais sérios problemas com que se defronta a população curitibana, nós solicitamos, e obtivemos, por gentileza do nobre deputado Maurício Fruet, que é também um dos líderes da Capital, que nos cedesse a sua inscrição, para que abordássemos um assunto que reputamos dos mais graves e que diz respeito ao saneamento.

(Lendo): "Temos a confessar que não nos sentimos atraídos a discursos exaltatórios pelo recente aniversário de Curitiba, apesar de ser esta a cidade em que vivemos, que mais amamos e aqui representamos. Porque a Curitiba que conhecemos, sr. Presidente, não é cidade sorriso. Não é a cidade do povo que se embala nos cafézinhos, cheirando perfumes estrangeiros, nem a Curitiba da poesia duvidosa das exaltações natalícias.

A nossa Curitiba, é a cidade que luta por ser uma grande cidade, sem os problemas de uma cidade grande. É este aglomerado estéril de concreto que está sendo acusado pelas estatísticas brasileiras de ser a cidade mais árida e mais cinzenta do Brasil. A Curitiba que está em nosso coração precisa de trabalho, não de promoção oratória. Porque mais de quarenta por cento de sua população não possui água encanada em suas residências. Porque nos bairros, onde noventa por cento dos poços artesianos são contaminados, a água é a pior bebida. Porque as valas e fossas que substituem esgotos civilizados não perfumam, porque o povo humilde, que constitui a maioria de sua população, não se embala nos buracos das nossas ruas quinze de subúrbio.

Não há discurso que console gente que está morrendo em passagens de nível ou nascendo nas favelas.

Por entendermos assim, sr. Presidente, e por acreditarmos que aos duzentos e setenta e cinco anos, Curitiba chegou à encruzilhada de, ou resolver já seus problemas estruturais, ou conformar-se em ver o poder público perseguir sem nunca alcançar os ideais comunitários, é que entendemos também a necessidade de qualquer pronunciamento trazer mais contribuição de fato e menos de fado.

Hoje não há necessidade de trocar o cafézinho pela água do poço, nem de contaminar-se com os odores das valetas, para perceber, mesmo do asfalto, que Curitiba vive momentos cruciais, clamando por uma coordenação maior de esforços. Basta olhar ao redor para ver como está nosso centro, verdadeira geratriz de neuróticos, cercada de buracos por todos os lados".

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado V. Exa., realmente, espelha a situação de nossa Capital, com relação aos problemas de saneamento e abastecimento de água.

Curitiba, apesar de seu progresso extraordinário, ressent-se, de forma total, desses atendimentos por parte do Poder Público.

V. Exa. relata que, aproximadamente, 40% da população não está servida por esses serviços. Todavia, posso assegurar a V. Exa. que essa percentagem é superior, acreditamos que apenas 30% da cidade seja atendida com abastecimento de água e esgoto. Isso é lamentável sob todos os aspectos, e esperamos que providências urgentes sejam tomadas neste sentido, porque Curitiba, a Cidade Sorriso, merece, efetivamente, o melhor tratamento por parte do poder público, com relação ao saneamento.

O SR. ERONDY SILVERIO — O aparte que V. Exa. nos oferece, apenas nos contagia de mais entusiasmo, porque sendo V. Exa. um dos mais jovens Deputados desta Casa, recém-saído de nossa gloriosa Câmara Municipal de Curitiba, conhece perfeitamente, tão bem ou melhor do que este Deputado que ocupa a tribuna na tarde de hoje, os problemas de nossa cidade.

Portanto, V. Exa. corrobora com o que dissemos.

(Lendo): "Não pretendemos com nossas palavras fazer nenhuma denúncia de edil de arrabalde. Queremos, isso sim, conscientizar esta Casa para a co-responsabilidade do Poder Público do Estado na luta que se empreende para urbanizar melhor nossa sede política.

Na verdade, na análise da situação por que passa Curitiba, não se pode atribuir culpas. Culpar quem? O progresso?

As projeções demográficas comprovam que Curitiba cresceu nos últimos dez anos numa taxa de sete vírgula dois por cento, enquanto o município de São Paulo no mesmo período, teve expansão populacional restrita em cinco vírgula sete. Mais do que Curitiba, só cresceram cidades recém-implantadas, como Brasília, ou de colonização incipiente, como a Capital do Acre. Tendo em conta essa fantástica explosão urbana, não se pode culpar por apenas procurar perseguir a problemática da cidade um poder público que ainda busca maior afirmação econômica.

Pode-se culpar o progresso?

Se assim fôsse possível, viável também que se encontrasse culpado pelo drama que vive hoje o centro de Curitiba. O que se vê são obras importantes e essenciais, como a canalização do Rio Ivo, implantação da rede subterrânea de energia elétrica e eventuais ampliações das redes de água ou esgotos.

Realmente, é progresso.

Fena que falte ordem.

E se não há ordem então há culpado.

Será?

Vejam os Senhores que a canalização do Rio Ivo está sendo empreendida por um órgão federal, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento. O encargo de implantar a rede subterrânea é da Companhia Força e Luz, empresa ligada a outra empresa, a Eletrobrás, ambas com vinculações parastatais com a União. Compete ao Departamento de Águas e Esgotos as ampliações de redes de abastecimento e coleta, como responsabilidade administrativa estadual. Ao Departamento de Trânsito, também estadual, cabe disciplinar o tráfego. E para a Prefeitura, só resta repavimentar os trechos escavados e dormir com o barulho destes.

Dir-se-ia então que o culpado é quem não coordenou todos esses trabalhos seguindo um cronograma racional que atendesse aos interesses da população. Mas não há meios de coordenar, ou pelo menos não se os alcançou, até o momento, por uma série de circunstâncias. Uma delas, por exemplo, sempre foi a dissonância na disponibilidade de verbas. Quando o DNOS tem dinheiro para abrir uma rua, a Água e Esgoto não dispõe de verba para implantar as canalizações, de forma a usar o mesmo parque de obras.

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). A esse respeito, e justamente por ser um fato que está ocorrendo no momento em Curitiba, tomei a liberdade de solicitar um aparte, novamente.

Hoje pela manhã, fomos procurados por comerciantes da Rua Voluntários da Pátria. Explicamos aos srs. Deputados: são os comerciantes, que mais estão sofrendo o drama de Curitiba. Há um ano o Departamento Nacional de Obras e Saneamento realiza no trecho compreendido entre rua Pedro Ivo e Praça Osório, a canalização do Rio Ivo, morosamente, trazendo sérios prejuízos aos comerciantes. Inclusive, houve impedimento para o trânsito até de pedestres, em certa época. Agora a Prefeitura está concluindo o trabalho e deve iniciar, amanhã, o asfaltamento daquele trecho. Porém, os comerciantes foram avisados de que a Companhia Força e Luz do Paraná iria efetuar os serviços da rede subterrânea naquele local. Isso acarretaria novos prejuízos ao trânsito e tráfego, por mais 3 ou 4 meses.

O SR. ERONDY SILVEIRO — Agradeço novamente a V. Exa. Vê V. Exa., e toda a Casa, que o assunto é sério e deve merecer a atenção deste Poder.

Se se concretizar a medida anunciada à Casa pelo deputado Maurício

Fruet, só resta aos comerciantes que têm lojas na Voluntários da Pátria fechar, mudar de ramo e de profissão porque talvez não tenham condições financeiras e econômicas para suportar trabalhos que se prolongam naquela via pública por quase dois anos.

(Lendo): "As combinações são várias, e a consequência é que numa mesma rua o leito asfáltico é aberto e tampado quantas vezes forem necessários os trabalhos subterrâneos. E o Departamento de Trânsito se defende como pode".

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O pronunciamento que V. Exa. faz neste instante nos permite tirar algumas deduções.

A primeira, que não se pode negar, é que Curitiba está numa fase extraordinária de progresso, a cidade se desenvolve em todos os seus sentidos. A gente sente, constata e percebe isto.

Por outro lado a nossa cidade teve a satisfação, teve, posso dizer, a felicidade de ter à testa de seu Governo, nesses últimos anos, Prefeitos que deram tudo que foi possível dar para acompanhar o desenvolvimento desta terra. Cito alguns: Ney Braga, Ivo Arzua, Iberê de Mattos e Omar Sabbag.

Apesar do trabalho que empreenderam na Prefeitura, chega-se ao quadro que V. Exa. apresenta, quando este que não corresponde aos anseios da cidade.

Numa visita que fizemos, de cortesia, ao novo Prefeito, em companhia do Líder do Governo, João Mansur, tivemos a oportunidade de ouvir de S. Exa. algumas explicações, alguns planos já esboçados no sentido de corrigir, pelo menos, estas distorções que estão havendo no centro. Uma das razões que V. Exa. nos deu foi exatamente a falta de harmonia na disponibilidades de verbas. S. Exa. nos deu a entender que a Prefeitura está ciente do problema, acompanha-o e o sente, e já tomou providências para ordenar e disciplinar esta babilônia de perfurações e buracos que estão sendo feitos no centro e que têm acarretado uma série de problemas a todos aqueles que vivem, passam por ele e necessitam de uma via pública em ordem.

Concordamos com este quadro, que é fiel, e temos certeza que o Prefeito tomará as providências e as medidas necessárias que virão beneficiar o povo de Curitiba.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o seu aparte que quase antecipa o juízo e o pré-julgamento que faremos do novo Prefeito da cidade. V. Exa. irá ver, mais adiante, e toda a Casa, que a Assembléia tem papel preponderante para que pare este distúrbio que sofre a administração de nossa cidade, possa ter solução.

E vou logo mais adiante, mostrar a esta Casa o papel que lhe cabe na presente conjuntura da administração de Curitiba.

Mas, como dizíamos, sr. Presidente, srs. Deputados, que nós vimos com a posse do arquiteto Jayme Lerner, uma esperança de resolver-se o impasse, de uma vez por todas, desde que receba o necessário apoio do Governo estadual. Aí é que entra o papel deste Poder, e explico porque esta esperança calcada mais em realidade que na confiança que depositamos tranquilamente em sua capacidade de trabalho e discernimento.

Em primeiro lugar, está no fim a etapa de obras de canalização do Rio Ivo, que sacrifica o centro na cidade. Depois, Sua Excelência o Prefeito, teve por sorte encontrar como Diretor do Departamento de Trânsito, um seu colega de profissão e sociedade comercial, fazendo antever perfeito entrosamento. Faltaria integrar apenas no esquema prefetural, as obras de energia elétrica e encanamento de águas, o que será obtido, certamente, com apoio pelo qual apelamos, em nome da cidade, para o Governo estadual e Companhia Força e Luz. Estas circunstâncias favorecendo o atual Prefeito, são entretanto fortuitas. Em nosso entender, a Prefeitura de Curitiba deveria ter, entre suas atribuições privativas, o disciplinamento de tráfego no que respeita as alterações motivadas por obras — principalmente — ter como

atribuição sua, apenas sua, a realização de estudos, projetos, construção, reforço e ampliação dos serviços de abastecimento de água potável e sistemas de esgotos sanitários no município. São serviços tipicamente municipais. Não nos parece urgente, de momento, empreender mudanças de atribuições no que se refere ao disciplinamento de tráfego, embora o assunto deva merecer toda atenção do Governo do Estado.

O sr. **Maurício Fruet** — V. Exa. permite um aparte?

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — O aparte de V. Exa., além de abrilhantar a minha explanação, vem ainda mais reforçar o conceito que temos da administração municipal e dos grandes problemas de Curitiba, porque V. Exa. é, como eu e mais o deputado Acyr José, que representa também o município de Curitiba, nesta Casa, porque é conhecedor profundo dos problemas curitibanos. Quando fomos às vilas de Curitiba, quando fomos aos lugares mais miseráveis de nossa cidade pedindo o voto do nosso povo sofrido, nós prometemos vir aqui trabalhar pela nossa cidade, darmos a nossa colaboração, todo o nosso entusiasmo, toda a nossa capacidade e a nossa experiência administrativa, para a solução, pelo menos em parte, dos problemas curitibanos. Por isto é que o aparte de V. Exa. muito nos honra.

O sr. **Maurício Fruet** — Obrigado, nobre Deputado.

Com relação ao problema de trânsito que V. Exa. salientou, gostaria de destacar que o atual Prefeito de São Paulo pretende, a curto prazo, trazer para o Município a fiscalização do trânsito no perímetro urbano de São Paulo e, na realidade, e V. Exa. tem razão, inclusive acreditamos que isto deva ser feito imediatamente até em Curitiba; transferir-se para o Município as atribuições decorrentes da fiscalização de trânsito em nossa cidade, mesmo porque haveria maior controle da Prefeitura no início das obras, nos desvios necessários para a realização dessas obras, desvios de trânsito — a isso me refiro — para a realização dessas obras.

Por outro lado, também somos daqueles que defendem a tese de que Curitiba deva ser a encarregada e responsável pelo setor de abastecimento da rede de esgoto, e V. Exa. sabe muito bem, porque V. Exa. foi um dos Deputados que lutaram pela implantação, em Curitiba, da Companhia Mista de Abastecimento de Água — CIAMISA — Projeto este aprovado por esta Casa há aproximadamente 2 ou 3 anos, e que não foi ainda colocada em vigor pelas autoridades. Na realidade o Projeto está em vigor, o serviço de abastecimento de água e o serviço de esgotos na Capital, é administrado pelo Estado. É claro, que, se fossem executados esses serviços por uma companhia mista, com maiores possibilidades de absorção dos recursos de ordem federal e mesmo internacional, haveria possibilidades de, a curto ou longo prazo, resolver o problema. Todavia, há uma série de divergências quanto à implantação imediata do plano, pois enquanto alguns defendem a tese do DAE ter condições de solucionar a curto prazo, outros acreditam que só a CIAMISA pode resolver o problema.

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Agradeço a V. Exa. e já chegarei ao epílogo da CIAMISA. A transferência dos serviços de água e esgoto para o Município é uma questão de emergência, mesmo porque já não tem nenhuma justificativa a Prefeitura Municipal não acompanhar este serviço de competência privativa dos governos da cidade.

“Mas a transferência dos serviços de água e esgotos para o Município, esta sim é urgente, emergente, mesmo porque já tarda sem nenhuma justificativa. A Prefeitura de Curitiba tem plenas condições administrativas, e até legais, de assumir o encargo, passando a administrar esses serviços que são, em todo o mundo, competência privativa dos governos das cidades.

Seria solução não só para a situação caótica que vive o centro da cidade, mas providência de alcance profundo. Disporia a Prefeitura de poderes para coordenar os trabalhos de água e esgotos com os de pavimentação, para que nunca mais se assistisse nesta cidade, o crime que é perfurar um asfalto recém implantado para serviços que deveriam preceder a obra maior.

Por outro lado entendemos que, passando ao Município as responsabilidades pelos serviços de água e esgotos, haveria dinamização de sua extensão aos bairros, bem como aperfeiçoamento de todo o saneamento da cidade. Nunca mais se ouvia daquela frase de um sanitarista e médico que aqui esteve: "Para ter saúde, o curitibano precisa abolir as fezes de seu regime alimentar".

Infelizmente as palavras são duras e contundentes, mas a contaminação dos poços em Curitiba é de 90%. Portanto, é uma realidade, embora a dureza da frase.

"Afirmamos, há pouco, que o Município está apto administrativamente e legalmente para receber atribuições de tal natureza. E há muito tempo.

Em 1967, instituiu-se por Lei Municipal o Fundo de Saneamento de Curitiba, entidade financeira que teria por objetivo absorver o acervo do Departamento de Água e Esgotos instalado na Capital e enriquecê-lo com recursos da cidade, como contribuição de melhoria; metade da quota do Fundo de Participação dos Municípios, dotações orçamentárias e outros.

Esse Fundo seria administrado pela Companhia Mista de Saneamento de Curitiba — CIAMISA, sociedade de ações onde o Município seria subscritor majoritário. Todo o Regulamento do Fundo e da CIAMISA estão contidos na Lei Municipal número 2.991, de 26 de abril de 1967, formando documento demasiado extenso para aqui ser lido. Esperava-se, e já estava assentado com o Executivo Estadual, que seria doado ao Fundo de Saneamento de Curitiba, o acervo do Departamento de Água e Esgotos, liberando aquele órgão, inclusive, para aprimorar suas atividades no interior. Essa doação, entretanto, não veio a ser efetivada por falta de empenho do Município em obter a lei de doação que se originaria de mensagem governamental".

O sr. **Maurício Fruet** — O nobre Deputado laborou em erro. É órgão criado por lei municipal e não estadual.

A Assembléia apenas autoriza a transferência do acervo do D.A.E. para esta Companhia.

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Era a dúvida que eu tinha no início da sessão, porque pretendia apresentar uma proposição autorizando o Governo do Estado transferir o D.A.E. para a Prefeitura Municipal. O nobre deputado Borsari Neto que é técnico sanitarista com brilhante passagem pela Sanepar, sabe que a própria lei que criou a Sanepar autoriza o Poder Executivo a transferir ao município de Curitiba o acervo do D.A.E.. Vamos examinar a lei para voltarmos ao assunto.

Assim sendo, para preencher a lacuna, na oportunidade apelaremos ao sr. Governador do Estado, porque fomos informados que já existe lei autorizando para que o Governo transfira este Departamento para a Prefeitura.

O sr. **Borsari Neto** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. analisou adequadamente, com base em dados que possui, o problema do abastecimento de água e coleta de esgotos em Curitiba. Temos, apenas, 70 mil ligações em Curitiba, o que deve atender a 360 mil pessoas. No quadro relativo à remoção de esgotos, realmente é muito pequena a rede de esgotos existente em Curitiba.

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Eu me permitiria interromper o brilhante aparte de V. Exa., que é técnico em engenharia sanitária. 360 mil pessoas são servidas de água potável? 60%?

O sr. **Borsari Neto** — 60% aproximadamente. Queríamos lembrar ao nobre Deputado que tem sido grande a preocupação do pessoal que milita neste setor, em resolver este problema e sabe V. Exa. do grande esforço que foi feito para dotar Curitiba, pelo menos no que diz respeito à produção de água durante estes anos. Sabe V. Exa. da conclusão da Estação de Tratamento de Água de Curitiba, que permitirá atender, desde que a curva de crescimento da cidade seja a mesma, o fornecimento de água, até o ano 2.000. São dados reais, elaborados por técnicos. A despeito desta grande preo-

cupação da produção de água, o pessoal, neste setor, tem também se preocupado com a solução do problema no que diz respeito à transferência da operação para o Município, ou a permanência no âmbito estadual. Acontece que, quem dita hoje a política nacional de saneamento é apenas um órgão do País. Aliás, foi uma vitória que os sanitaristas conseguiram para evitar a multiplicidade. Só nos Ministérios existiam 17 órgãos que operavam neste setor, trazendo sérias dificuldades.

Esta política nacional é definida pelo BNH, através do sistema de saneamento e este alcançaria sua concepção quanto a entrega de serviço de abastecimento de água. Para tornar viável, é muito mais conveniente que a exploração seja feita através de uma concessionária de âmbito estadual. Daí, a dificuldade em se poder tomar uma decisão e encontrar uma solução, uma vez que dependemos de financiamento de âmbito federal. Era o aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — agradeço o aparte de V. Exa., mas há de se permitir pela prática, contestá-lo em parte. Realmente não estamos atacando o Governo em ter se descuidado do problema de abastecimento de água. O que o Governo fez foi uma obra notável para Curitiba.

Construímos, e V. Exa. teve participação extraordinária nisto. Quando digo nós construímos, quero me referir ao Paraná e ao povo do Paraná. Construímos, através de dinheiro carreado para os cofres públicos, a estação de tratamento. Temos água suficiente para abastecer a cidade até o ano dois mil. Mas o grande problema está na extensão da rede de água.

Esta recomendação do BNH, esta resolução que o BNH tomou recomendando que os serviços devam ser explorados por uma concessionária, ou autarquia, ou sociedade de economia privada, não nos convence, porque sabemos que o povo, sofrido e pobre, dos bairros não têm condições de pagar. Tem que se socorrer do Poder público. Tem que haver então uma política social, cobrando imposto dos mais bem aquinhados pela sorte e aplicando nos bairros pobres da cidade, cobrando pelo serviço, que deve mesmo ser cobrado. No prazo de 72 ou 120 meses, possibilitando em parte também ao pobre ter sua água encanada. Mas, também para o centro da cidade, como V. Exa. sabe, eu sei e todos sabem, o serviço de esgoto é precaríssimo. Até agora pouca coisa foi feita nesse setor. Preocupou-se muito com o abastecimento de água — que é também importante — mas descuidou-se do problema dos esgotos. E esse serviço nas mãos da Prefeitura de Curitiba, também com uma autarquia municipal, nos moldes da Companhia de Urbanização de Curitiba, poderia lograr êxito, na extensão de água para todos os bairros de Curitiba e também no saneamento da Cidade.

Com isso é que devemos nos preocupar, tanto as autoridades municipais como nós, que representamos o povo nesta Casa. Todos os srs. Deputados, devem ter uma preocupação permanente para com esse problema que, cada vez mais, se agrava e pode trazer, num futuro próximo, consequências desagradáveis e até maléficas para a população, não só de Curitiba, mas para a maioria dos municípios paranaenses.

Mas, prosseguindo, sr. Presidente, nobres srs. Deputados, suscitamos este assunto, acreditando estar colaborando com as administrações estadual e municipal para a solução de dramáticos problemas da Capital de nosso Estado, ao mesmo tempo que fazemos menção ao aniversário de Curitiba, com ânimo de criar, construir, aprimorar.

Porque, apesar de não ser uma cidade verde, a nossa Curitiba é uma cidade de grandes esperanças.

Como segundo assunto, sr. Presidente, nobres srs. Deputados, nós ouvimos ontem, atentamente, nesta Casa, quando o sr. governador do Estado, Haroldo Leon Peres, cumprindo preceito constitucional, que determina ao governador que, no início de cada legislatura, compareça à sede do Poder Legislativo e dê conhecimento, não só aos srs. Deputados, mas ao povo do Paraná, o seu plano de obras, o que ele pretende fazer no Governo, o que será sua obra administrativa.

Mas, o que vimos nesta Casa, ontem, foi completamente diverso: o sr. governador aqui esteve e não disse ao povo não disse aos srs. Deputados, o que iria fazer no Governo. Disse, apenas, que era tempo de construir e que precisava da colaboração do povo para a grande obra da Revolução. Mas, no setor de telecomunicações, no setor de estradas, no setor de abastecimento, no setor de saúde pública, de educação, enfim, em todos os setores que dizem respeito à administração do Estado e interesse superior da gente paranaense nada disse. Limitou-se a fazer um libelo acusatório contra o Governo anterior, sem deixar de reconhecer sua monumental obra.

S. Exa. enumerou dados aqui, que eu não estou em condições de dizer se são verdadeiros ou não. Acredito no espírito honesto de S. Exa., na sua capacidade de trabalho, no seu espírito público, tantas e tantas vezes demonstrado, não só nesta Casa, mas como Vice-Líder do Governo da Revolução, na Câmara Federal, acredito, sinceramente, que S. Exa. tenha dose de razão. Não estou aqui para defender quem errou, estou aqui para defender minha posição pessoal, porque fui Líder do Governo que levou, ao povo paranaense, a mais bela obra administrativa da História do Paraná. Virei esta Casa com dados a contestar, ou então para dizer que S. Exa. estava certo. Os srs. Deputados não se iludam que virei a esta Casa, porque tenho suficiente espírito público e honestidade para dizer que S. Exa. estava certo, se ele, realmente, estiver.

Mas, desde já, quero deixar consignado na Ata de nossos trabalhos, que nos causou estranheza, causou-nos estranheza mesmo, porque S. Exa. teve mais de meio ano para planificar as metas de seu Governo. Foi subvencionado e pago pelos cofres públicos. O Badep e a Copel entregaram ao Escritório de Planejamento de S. Exa. 100 mil cruzeiros, a fim de que ele pudesse prover as despesas que acarretariam com esse Escritório de Planejamento. S. Exa. acercou-se dos mais renomados técnicos paranaenses, em todos os setores da atividade pública. Teve tempo de planejar, de planificar, um Governo, até hoje, teve essa facilidade que foi concedida ao atual governador Haroldo Leon Peres.

O ex-Governador colocou a disposição de S. Exa. essa importância a que me referi, e não fez mais do que cumprir o seu dever e sua obrigação e S. Exa. não pediu nada demais, nada que pudesse diminuir seu Governo. Quando ele aceitou essa dotação oficial para seu Escritório de Planejamento, estava aceitando dinheiro público para pagar técnicos que estavam estudando metas de trabalho, metas de valorização do homem, metas de uma administração que viria ao encontro das aspirações legítimas do povo paranaense. Portanto, que fique bem claro nesta Casa, que amanhã não vão os pescadores de águas turvas levar ao sr. Governador a informação de que estou criticando, por ter S. Exa. recebido essa subvenção. Estou até achando que foi dinheiro muito bem empregado, que ele teve tempo, mais de 6 meses. Ele deveria vir a esta Casa cumprir o preceito constitucional que determina que ele venha dar satisfações ao povo do Paraná, do que ele vai fazer com nosso dinheiro, dinheiro arrecadado da grande massa trabalhadora, que é o povo paranaense.

Mas, S. Exa. não fez isso. Limitou-se a criticar o Governo anterior — nós sabemos que ele não gosta do Governo anterior, nem poderia gostar mesmo — mas isso não lhe dá o direito de vir a esta Casa, não era oportunidade de vir tecer críticas ao Governo anterior, mas era a oportunidade de revelar a esta Casa suas metas de trabalho, dizer da situação difícil em que encontrou o Tesouro do Estado, mas dizer dos créditos que o Estado tem com a União, da participação do Estado com o Governo federal, que não chegou ainda às mãos do Governo e isso tudo parece que foi omitido. Não posso assegurar, não posso dizer com segurança, hoje, mas voltarei ao assunto para criticar ou para elogiar, se for o caso; porque achamos que quem erra deve ser responsabilizado; quem errou no manuseio dos dinheiros pú-

blicos deve ser responsabilizado. S. Exa. cumpriu bem o seu dever, se chamar a responsabilidade aqueles que não souberam ser os guardas fiéis do dinheiro do povo.

Mas, eu me sinto muito a vontade para dizer estas palavras aqui estou na obrigação de dizê-las, porque fui Líder do Governo Paulo Pimentel. Nesta Casa defendi sua política administrativa, mas não tive ingerência em sua política executiva.

O episódio aqui, ontem, relatado por S. Exa., principalmente com relação ao Banco do Estado, com favorecimento da concessão de empréstimos, não nos atingiu de maneira nenhuma, porque jamais empinamos um papagaio naquele estabelecimento de crédito do Estado e jamais gozamos de qualquer favor de ordem governamental. Nossa vida sempre foi pautada pelo trabalho decente e pela luta quotidiana. O que temos o que possuímos, é o fruto do trabalho honesto, que só engrandece o homem.

Portanto, se estou hoje nesta tribuna, é na minha condição de Líder daquele Governo, para dizer que não apoiamos, se é que realmente houve deslize na administração não apoiamos de maneira nenhuma, com o mesmo desassombro virei aqui criticar o Governo por não ter cumprido suas obrigações, porém, com o mesmo desassombro, se não for provada a culpa, virei a tribuna para enaltecer a ação do Governo.

Assistimos, no início de sua oração, uma verdadeira aula, com a autoridade

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)
de que tem V. Exa. que já foi, que já exerceu como representante do povo de Curitiba, o mandato de vereador, por muitos anos e exerceu, nessas condições, embora temporariamente, o cargo de Prefeito Municipal, senão me engano.

V. Exa. foi apartado por outros eminentes Deputados, que têm conhecimento perfeito da vida política e administrativa de Curitiba.

Nós, como bem disse o deputado Armando Queiroz, numa visita de cortesia que fomos fazer a S. Exa. o sr. Prefeito Jaime Lerner, uma vez que esta Casa não pode se fazer representar em sua posse, em razão do horário das sessões plenárias, ouvimos daquele homem público, homem que V. Exa. foi um dos primeiros, dessa tribuna, a exaltar suas qualidades, sua confiança e sua esperança em sua administração a manifestação de seu desejo, de seu amor a causa pública e de tudo fazer por Curitiba.

Quero dizer a V. Exa. aos demais Deputados, especialmente aqueles que são considerados homens do Município, que iremos fazer coro com estes homens, em todo e qualquer assunto que diga respeito ao interesse coletivo de nossa Capital, para que juntos possamos ajudar o Prefeito nesta grande tarefa de administrar uma das maiores Capitais de nosso País.

Neste primeiro tópico, quero congratular-me com V. Exa. pela brilhante exposição, exposição que melhor do que ninguém V. Exa. poderia ter feito, porque é conhecedor profundo dos problemas de Curitiba.

Com relação ao segundo tópico quero discordar, em parte, de V. Exa., principalmente quando diz que o governador Haroldo Leon Peres aqui ontem esteve, apenas para fazer um libelo acusatório contra o ex-Governador. Discordo porque não foi isso que ouvi. Ouvi, como todos os srs. Deputados ouviram, o governador Leon Peres trazer ao conhecimento desta Casa a situação em que ele recebeu as finanças do Estado. Não acusou quem quer que seja. V. Exa., por certo, ouviu perfeitamente e a exposição de S. Exa. foi feita por setores.

Veja bem Deputado, nisto fique certo porque conheço o seu espírito público e isto já disse por diversas vezes nesta Casa, num dever de justiça quando me referia a sua pessoa, a sua origem de homem simples, de homem pobre que, vindo a Curitiba e que através de seu trabalho, através de seu trabalho, e através de seu esforço, projetou-se política e economicamente sem favor de quem quer que seja. Conheço seu espírito,

conheço a sua formação e tenho certeza de que se amanhã, como bem disse V. Exa., neste instante, for comprovado que no Banco do Estado alguém lançou mão dos dinheiros daquele estabelecimento de crédito, que é do povo paranaense, V. Exa. será um dos primeiros a criticar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não tenha dúvida.

O sr. João Mansur — Somente queria rebater a injustiça que V. Exa., talvez intencionalmente, quiz cometer contra o governador Haroldo Leon Peres, porque S. Exa. não lançou nenhum libelo acusatório contra ninguém. Trouxe, apenas, ao conhecimento dos srs. Deputados a situação em que está recebendo o Estado. E veja, fez alusão a continuidade das obras iniciadas pelo ex-governador Paulo Pimentel; disse do seu empenho no pagamento dos atrasados de empreiteiros dos funcionários públicos, porque aquela dívida não é deste e nem daquele Governo, a dívida é do Governo do Paraná. Nós que tomamos administradores, V. Exa. e eu, que também já fui Prefeito Municipal quando assumi a Prefeitura de minha cidade, recebi também uma herança, mas herança normal, porque estava perfeitamente caracterizada a aplicação do dinheiro público. Quero dizer nesta oportunidade, sr. Deputado, que também deixei uma herança ao meu sucessor, mas herança que estava lá, caracterizada em obras que foram feitas na minha cidade. De modo que não vemos, e fique certo V. Exa., e sabemos que não foi esta a intenção do governador Haroldo Leon Peres, V. Exa. esteja certo, como homem da ARENA que ocupou a liderança do Governo nesta Casa com tanto brilhantismo no Governo passado, de que o governador Haroldo Leon Peres tem a melhor das intenções em favor do Paraná e sua gente. De maneira que quero apenas fazer um reparo neste particular — dizer a V. Exa. talvez injustamente, sem intenção, cometeu uma injustiça contra o governador Haroldo Leon Peres, mas fique certo que, com isto, quero conclamar V. Exa., que é um velho companheiro de lutas, para que, juntos dêmos um voto de confiança a este moço que nada mais quer, do que trabalhar em favor do Paraná e de sua gente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. pelas bondosas referências a minha pessoa mas, "cada cabeça, uma sentença"! Eu continuo com o meu ponto de vista, porque aqui não se acusou ninguém, não se citou nomes, mas da forma como foi colocado o problema, lido na Mensagem do Governador do Estado, não deixou dúvidas da sua intenção! Intenção esta, em lançar um libelo contra o Governo anterior, esquecendo talvez que, Governo, não pode executar, planejar obras a prazo fixo e a prazo curto, porque o Poder Público é o melhor patrão, é o melhor chefe para os empreiteiros do Estado e que um Estado em progresso constante, com a sua economia atingindo índices nunca alcançados na História do Paraná, proporcionou a fundação e criação de diversas firmas que têm as suas atividades ligadas diretamente ao Estado do Paraná e a sua política administrativa e ao seu plano de obras. Se o Governo ao iniciar uma escola, ao iniciar uma estrada que é uma obra de infraestrutura que amanhã vai carrear impostos em muito maior número do que os cruzeiros empregados naquela estrada, se o Governo dissesse: não podemos iniciar esta estrada, ou, a construção daquela escola, porque faltam 16 horas, ou 16 semanas, ou 16 meses para findar o Governo, então vamos ter um problema social dentro do nosso Estado. São as firmas empreiteiras que ficarão as moscas, jogadas as traças, sem serviço, despedindo os seus funcionários, não tendo condições de pagar mais os seus salários, de cumprir as suas obrigações para com o comércio e para com a indústria, porque o comércio e a indústria são coisas muito sérias e importantes, é a verdadeira estrutura do Poder Público; de modo que um Governo tem de deixar dívidas para o outro, esta é a História das administrações públicas.

O ex-governador Paulo Pimentel recebeu dívidas do seu sucessor, mas, recebeu uma grande obra administrativa, que lhe foi legada por Ney Braga.

Com as estradas abertas por Ney Braga, circularam as nossas riquezas, foi possibilitado ao Estado o aumento da sua arrecadação e o pagamento daquelas dívidas. Contraiu rovas, executou novas obras e deixou ao sr. Haroldo Leon Peres, que terá de honrar os compromissos do Estado, porque o Estado não é o sr. Haroldo Leon Peres, não é o sr. Paulo Pimentel, não é o sr. Ney Braga, o Estado é uma instituição perene. Portanto, nos fazemos votos que o sr. Haroldo Leon Peres, ao término do seu Governo, deixe o dobro — o dobro — de dívidas ao seu sucessor, mas que também deixe o dobro de obras que leve o Paraná ao seu grande destino, a aspiração do seu povo bom, nobre e trabalhador, de ter condições para educar os seus filhos, que é a de viver numa terra em que haja abundância, fartura, onde não hajam analfabetos, não hajam miseráveis.

Estes os votos sinceros que faço ao sr. Haroldo Leon Peres, que não se preocupe em jogar pedras no passado, mas que aproveite estas pedras, conforme disse o sr. Presidente da República a quem evoco a todo momento, para construir o edifício do futuro.

O sr. Armando Queiroz — Nobre Deputado, V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. disse bem que "cada cabeça é uma sentença". Sr. Deputado, disse V. Exa. que o Governador esteve aqui ontem e fez uma exposição mas não cumpriu dispositivo constitucional, que o obrigava a dizer dos seus planos. Se não me engano foi isto o que ouvi.

O SR. ERONDY SILVERIO — Gostaria, sem cortar o brilhante aparte de V. Exa., porque V. Exa. é bacharel em Direito, é um brilhante advogado, conhece as minúcias da lei e tem obrigação de conhecer a Constituição do Estado. Eu já não tive esta mesma oportunidade, de cursar uma universidade. Fui criado na escola do trabalho. V. Exa. também foi, não estou querendo me situar numa situação singular. Não disse que o dispositivo constitucional obrigava o sr. Governador a abrir uma estrada para Campo Mourão. Disse que é o que se depreende do dispositivo Constitucional, e que é a prática seguida por todos os Governadores. Mas a forma como S. Exa. se portou ontem nesta Casa é inusitada.

O sr. Armando Queiroz — Mas, nobre Deputado vou ler a Constituição, o que a Constituição dispõe sobre este assunto. (Lê): "Art. 49, item 7.º — Remeter Mensagem a Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, dando conta da situação do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias".

Sr. Deputado, preciso confessar nesta Assembléia, perante todos os srs. Deputados que aqui se encontram Deputado eleito pela Arena portanto, ligado as forças deste Governo e do Governo passado, que carregava comigo a certeza que o Estado realmente vivia numa posição de euforia, de crédito, de destaque no Brasil, o Estado do Paraná. Era esta a impressão que tinha, que carregava comigo e disto me orgulhava por ver o Paraná, este Estado que me recebeu, se situar em posição tão confortável perante os demais Estados da Federação. Isto foi um programa de propaganda que jamais se viu neste Estado, dando contas a Nação brasileira que nós éramos felizes, o que seríamos se fôssemos o segundo Estado do Brasil. Entretanto, é obrigação do Governador, este ou aquele, Haroldo Leon Peres ou não, vir a Assembléia, à Casa do povo, onde estão os representantes, os representantes do povo. Foi isto o que fez S. Exa.

com números frios, sem destinação, como se encontra o Estado. Eu penso no seu modo e eu me sinto esvaziado, dolorido, porque quero ao Paraná e não podia pensar que meu Estado estivesse nesta situação. Disse que há recursos nossos retidos no Governo Federal. S. Exa. fez menção a este problema no seu pronunciamento, contas do Estado não foram apreciadas, não tiveram parecer favorável no Tribunal de Contas da União, estava isto criando dificuldades no recebimento deste dinheiro. Portanto, o que queríamos dizer, srs. Deputados, não queríamos acusar ninguém. O sr. Haroldo Leon Peres não disse que fulano "botou a mão na cambuca"...

O SR. ERONDY SILVERIO — No jarro.

O sr. Armando Queiroz — no jarro.

Mas nós Deputados, para honrar nosso mandato, temos a obrigação, o direito e o dever de exigir do governador Haroldo Leon Peres que, se encontrar irregularidades, ponha na cadeia os que roubaram.

O SR. ERONDY SILVERIO — Muito bem, nobre Deputado. Apenas lamentamento que V. Exa. não tenha lembrado isto quando era Presidente deste Poder e tinha a obrigação de conhecer a situação real do Governo do Estado.

O sr. Armando Queiroz — Nunca tive acesso a nenhum ato do Executivo. Nesta Casa, às vezes que se procuravam ocorrências no Estado, através de pedidos de informações do MDB, V. Exa., como nosso Líder, nunca permitiu que passasse um só requerimento neste sentido.

O SR. ERONDY SILVERIO — Exatamente. Eu tinha prometido no início, no primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa que se as acusações feitas fossem verdadeiras, viria aqui criticar. Mas não quero que aqueles, que querem endeusar o Governo, prevaleçam-se de minha atitude para tirar proveito. V. Exa. está fazendo a defesa brilhante do atual Governo. Mas, quando Presidente desta Casa, tinha obrigação de saber qual a real situação econômica do Estado. Foi V. Exa. que sempre ajudou o Governo na votação de Mensagens que solicitavam autorização Legislativa para se contrair empréstimos no estrangeiro, os quais foram mencionados, ontem, pelo governador Haroldo Leon Peres e que oneram o Governo do Estado até 1977. V. Exa. votou em todas as Mensagens. Por que V. Exa., naquela oportunidade, não deu o grito de independência?

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado estamos ouvindo com atenção o pronunciamento de V. Exa. e vamos lembrar o "slogan" da Revolução de 31 de março "não fale na crise; trabalhe". Se criarmos um clima de pessimismo em torno do Paraná, poderemos prejudicar, não apenas ao Governo, mas a toda a população do Paraná. Lembramos a V. Exa. que as ações do B.E.P., depois que começou a criar-se o clima financeiro no Paraná, não estão sendo sequer cotadas na Bolsa de Valores. Isto é para se ter uma idéia do que pode fazer uma obra de pessimismo. Gostaríamos que V. Exa. nos informasse a respeito dos 100 milhões, verba recebida pelo Governo, e se já houve prestação de contas, porque somos novatos e talvez V. Exa., como Deputado mais antigo, possa nos elucidar.

O SR. ERONDY SILVERIO — São 100 mil cruzeiros, e com a prestação de contas do Governo de 1970, naturalmente serão prestadas contas destes 100 mil cruzeiros. Mas acredito na honrabilidade, nunca desmentida do atual Governador e eu sua equipe de trabalho. São homens da melhor formação moral que constituem a sua equipe. Acho que o dinheiro adiantado pelo Governo de Paulo Pimentel, no serviço de Planejamento, foi bem aplicado. Não temos dúvidas, mas iremos apreciá-las na Comissão de Tomada de Contas e, posteriormente, no Plenário da Casa.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que o Deputado só dispõe de um minuto para terminar sua oração.

O SR. ERONDY SILVERIO — Eu me escuso em não conceder um novo aparte que tanto me honraria, porque o adiantado da hora não o permite. Mas quando voltarmos à Casa para contestarmos, se pudermos, se forem fornecidos elementos pelo "staff" do ex-Governador, o contido na Mensagem, daí então estaremos a disposição do deputado Armando Queiroz e de toda a Casa para responder os apartes que nos forem solicitados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário do sr. Antônio Estelato, prefeito municipal de Sertaneja.

Esta encerrada a Hora do Expediente

Com a presença de 46 srs. Deputados, passa-se à

ORDEM DO DIA:

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro Fernando Marsur Wekerlin. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar, pelo passamento do jovem Jorge Felipe Daher Filho. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio e ao sr. Presidente da EMBRATUR. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Camargo, constante do Expediente, comunicando sua renúncia à honrosa indicação de seu nome, feita pela liderança da sua bancada, para integrar a Comissão de Saúde Pública, em virtude de atividades ligadas ao exercício do mandato, que absorvem a quase totalidade do tempo disponível e, tendo em vista a existência na bancada de elementos altamente qualificados para a função. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos de plenário, nos dias 7, 8 e 9 de abril. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, em data de 29 de março corrente, do 278.º aniversário da fundação de Curitiba. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Machado de Oliveira Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo e aplauso pela designação do monsenhor Eduardo Rodrigues Machado para o cargo de Conselheiro Estadual de Educação. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. Ministro dos Transportes, apêlo. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. Ministro dos Transportes, ofício. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente solicitando seja encaminhada sugestão ao sr. Governador do Estado. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando à TELEPAR a viabilidade de estudos para a implantação de uma Rede Telefônica no município de Cêrro Azul. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando ao sr. Secretário de Educação, providências para a restauração do prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão de Antonina, no município de Rio Negro. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 294-70. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando providências do sr. Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, no sentido de ser iniciada pavimentação asfáltica no trecho rodoviário WARTA-SERTANÓPOLIS. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Cultura do Paraná, pela passagem dos seus dezanove anos de atividade. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Presidente do Banco de Habitação, no Rio de Janeiro. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios ao sr. Presidente da República e sr. Ministro dos Transportes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Francisco Borsari Neto, apresentado da tribuna por S. Exa., solicitando voto de louvor à Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e à Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SEDESUL. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. diretor da PARANATUR. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Nivaldo Krüger, inscrito para falar em explicação pessoal.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não gostaria de estar na tribuna para tratar do assunto que tratarei; muito mais agradável seria, estarmos aqui vislumbrando um panorama mais promissor, mais tranquilo, indicador de maior prosperidade e paz, também, nas hostes políticas de nosso Estado. Entretanto, sr. Presidente, não podemos deixar de confessar a nossa perplexidade, a surpresa nossa, ante os fatos alinhados na declaração feita pelo ilustre Governador do Estado do Paraná.

Saímos daqui deprimidos e não vimos nenhuma satisfação nas fisionomias dos srs. Deputados e nem na do povo aqui se encontrava. Muitos de nós ficamos perguntando a nós mesmos: e agora como serão as coisas? Quais serão as perspectivas ante às necessidades tão prementes, em todos os campos de atividades do Estado do Paraná, diante de um quadro desta natureza?

A nós Deputados do MDB cabe uma posição de expectativa neste quadro, mas não de expectantes omissos. Por isto nos encontramos aqui, porque é difícil encontrar uma linha honesta de equilíbrio num quadro desta natureza. Muito mais fácil seria partirmos para a linha da crítica violenta, cobrando aquilo que afirmamos tantas e tantas vezes. Mas, se assim procedêssemos nos parece seria indigno e não foi para atitudes indignas que esta bancada para aqui foi mandada.

Cabe portanto uma análise em termos de Casa. Como de Casa? Da posição desta Casa diante os acontecimentos que assistimos, relativamente a dois governos. Um que termina e outro que se inicia. Ambos pertencentes ao mesmo esquema político; ambos pertencendo e comprometidos com o mesmo partido. Ambos.

Verificamos, verificou-se e se verifica pelas informações dos que saem, os quais afirmam que tudo está bem pela imprensa, pelo rádio, pela televisão. Todos homens sérios, dignos de cuja dignidade e honradez nós nunca pusemos em dúvida. Discordamos isto sim das diretrizes administrativas por tantas vezes.

O outro afirma que tudo não estava bem e que na maioria dos casos tudo estava errado.

Entretanto, sr. Presidente, diante dessas duas afirmações chegamos à conclusão de que realmente alguma coisa está errada. Mas não nos atrevemos a criticar este ou aquele. Ficamos à espera de melhores elucidações.

Hoje assistimos um ex-líder do Governo anterior afirmar que virá aqui prestar esclarecimentos. Admiramos a ombridade daquele que não foge. Gostamos dos homens que não fogem, daqueles que enfrentam a situação, porque muitos já viraram. Já fui administrador público e sei quão difícil é fixar-se quando o barco está à deriva.

Isto tudo, sr. Presidente, só prova uma coisa — a fragilidade do partido a seriedade e como toda pertinência, verificamos o choque entre homens per-

tido sinto a sua fragilidade, a necessidade de diretrizes que façam com que haja o alinhamento de uma filosofia política, de um entendimento político que vem desde a linha federal, até a linha municipal, seja seguida com toda a seriedade e com toda pertinácia, verificamos o choque entre homens pertencentes ao mesmo partido, programas conflitantes, programas que não coincidem. Isto levará fatalmente, ao povo brasileiro, mais desconfiança ainda na ordem política, pois se afirma que há uma coesão e na realidade a coesão não existe. Qual a posição do MDB nestes acontecimentos? Até que ponto esta Casa estaria comprometida? Até que ponto os integrantes deste Poder são coniventes com os acontecimentos? Eu acho que muito, e muito! Dêste fato lamentável, dêste acontecimento histórico lamentável, aprendemos a grande lição, a lição de que não vale, na vida pública, apenas concordar, apenas apoiar, apenas estar a favor, apenas dizer "sim, senhor"; o que vale, é dar-se opinião, é aprofundar-se, não dar-se sempre o apoio, o sim, mas às vezes também, negar-se apoio procurando a linha mais justa, a linha mais correta, a linha mais decente.

Sr. Presidente, as maiorias absolutas negam o princípio democrático, as maiorias concordantes, obedientes — não quero dizer que este seja o caso desta Casa, falo isto em tese — não cuidam bem dos interesses públicos. Numa democracia, quando um grupo em maioria total aprova tudo da forma que vem, rápida, u'a maioria assim é obediente, razão porque nos encontramos aqui, sr. Presidente, para estarmos a favor como muitas vezes estivemos; e contra, quando acharmos justo o nosso ponto de vista.

Assim é que devo voltar a alguns meses atrás, quando o nosso partido, com apenas 4, 5, 6, 7 ou 8 inicialmente, alguns cassados posteriormente, firmavam pedidos de informações solicitando constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito. Ora, Comissão Parlamentar de Inquérito é um direito do povo, de saber o que vai por lá, de buscar conhecimento da coisa pública, informando e corrigindo as distorções formuladas por Deputados do MDB em Abril de 1968, para apurar irregularidades de Secretarias, de construção de estradas de ferro, de portos e de execução de obras sem concorrência pública. Sim Senhores, está errado e esta solicitação cá está, Senhores. Foram negadas por esta Casa, foram negadas, talvez Senhores, aprendendo nós a lição.

Não vou me ater às razões da negativa daqueles pedidos de informações, porque política evolui muito, é uma dinâmica extraordinária e há momentos em que é necessário mesmo fazer valer a força da maioria, para que a minoria se intimide, recue. É necessário isto às vezes, mas aprendemos a grande lição, a lição de que não vale a pena não, Senhores, que é bom para o Governante, para o governante, e não estariam hoje com as orelhas vermelhas e a cabeça inchada grandes homens do Paraná, lamentavelmente, sem poder dormir e preocupados com a sua reputação.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que falta apenas 1 minuto para se esgotar o tempo regimental. No entanto, V. Exa. poderá requerer a prorrogação por mais 15 minutos, conforme o Regimento Interno.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, requiero, para concluir meu pronunciamento, os 15 minutos que me são permitidos pelo Regimento Interno.

Tão fácil seria para nós acusarmos o sr. Haroldo Leon Peres, o sr. Paulo Pimentel, seus secretários, nós que sofremos nas campanhas eleitorais, as dificuldades de não se pertencer e não ter o bafejo do Governo nas lides eleitorais, felizes seríamos nós que sentimos na carne às vezes o ferrão do poder público usado indevidamente em campanhas eleitorais, como assistimos em nossa região, mas não cedemos a esta tentação que nos conduziria à representação popular. Entramos aqui com dignidade e haveremos de sair daqui com ela, como os srs. pretendem fazer, tenho certeza. Nada melhor do que a história para ensinar aos homens lições de vida.

Pedido de informações do deputado Jacinto Simões, cassado, convocando

o sr. Secretário da Fazenda, Secretaria da Fazenda em que mais pesaram os dados, em que mais pesaram as indagações, para prestar esclarecimentos à Assembléia sobre contas do Estado. Foi rejeitado pelo Plenário em 18 de agosto de 1968. Assim como pedido de informações e substrato de conta bancária da movimentação dos seus saldos, encaminhamento dos seus recursos, o que queria aquele Deputado? O que pretendia ele? Talvez arranjar com este meio para dinamizar sua empresa? Não. Porque nem empresa tinha. Queria saber em nome do povo que representava, que o mandou para cá, em nome do Paraná, porque sabe-se que o Governo não pertence a quem detém o poder, não é propriedade daquele que detém o poder. Pertence ao povo. Partimos para uma ação mais elevada no campo político do Estado. Creio, e os srs. poderão talvez usar contra mim amanhã, creio nisto, estaria ele honestamente fiscalizando os atos do Governo, e espero que não haja necessidade de pedirmos informações sobre irregularidades sérias, pois sérios parecem os homens que compõem sua equipe de Governo, indagando em quanto remonta o débito do Governo ao Instituto de Previdência, os negócios da Telepar. Pedidos de informações ligados ao deputado Alencar Furtado, ao Secretário dos Transportes sobre viagens, obras, contratos e firmas empreiteiras, o Secretário negou prestar informações. Sobre o acervo da Cia. Telefônica, o débito da Telepar, a política adotada pela Companhia. Requerimentos negados. Não venho aqui por prazer, sr. Presidente, já disse inicialmente. Apenas lembro a todos os homens que integram este Poder, a lição que nos foi ensinada pelas pessoas das maiorias absolutas que concordam com tudo que não querem estudar os problemas, que não permitem a circulação de pedidos de informações, negando ao povo o direito líquido e certo numa democracia; como vai um Secretário negar um pedido de informações, se o Governo sabe que o Secretário não é o dono da Secretaria, se o dono do Paraná como muito bem disse o Governador, é seu próprio povo. Sabe o sr. Secretário que é necessário que se permita que se abram todas as portas, os contratos, os negócios para que nós possamos dar ao nosso Estado uma esperança nova. Já houve quem dissesse que a pior coisa da nossa geração é partirmos esperanças, sem termos esperanças. Pois neguemos esta afirmação do sociólogo Reale, no Paraná. Despertemos a esperança de nosso povo, primeiro na confiança nos homens públicos e aqui vai hoje esta lembrança do MDB, que tantas vezes quis ajudar a administração. Pois saibam os Senhores que oposição é também Governo. É como o sangue, que dá equilíbrio à circulação. O que seria de um organismo se houvesse nele só glóbulos vermelhos ou só glóbulos brancos?

Vamos dar este equilíbrio ao Governo do Paraná. Tenho a certeza de que a nossa bancada ainda há de ir ao Palácio Iguazu. Teve tempo em que se cochichava nos corredores deste Palácio: "Lá foi um deputado do MDB." Mas ele também tem o direito de dialogar com o Governo. Há de chegar o dia em que há de ir, com altaneria e grandeza, a bancada do MDB dialogar com o Governador sobre o correto, sobre as aspirações, sobre o que não está certo, sobre o que está direito, para estimular S. Exa.. Pois quantas vezes o administrador público, sozinho entre as paredes de seu Palácio, fica desesperado pela falta de informações daqueles que o rodeiam, pois sente às vezes a insinceridade dos que o adulam, o bajulam em busca de cartórios, de vantagens e tantas coisas. Eu senti isto, quando Prefeito. Havia uns que me diziam ser eu o maior Prefeito do mundo, quando eu sabia que era igual aos demais e sabia dos erros que estava cometendo. E ao dizer estas coisas digo com a sinceridade de homem que quer trabalhar pelo seu Estado e para isto fui mandado para cá.

Encontrei ontem, no elevador, o homem que fez mais oposição à minha pessoa e à minha administração, no tumultuado município de Guarapuava, em que não bastava a dignidade do homem e era necessário enfrentar a situação de arma em punho, como aconteceu tantas vezes, com a intervenção da Polícia e do Exército, na Câmara de Guarapuava, para dirimir dúvidas ou acla-

mar os ânimos. Pois bem. Encontrei o meu opositor e cumprimentei-o. Graças a ele pude passar os cinco anos mais difíceis de minha vida pública naquele município, sem que sofresse qualquer intervenção. Prestei contas, foram aprovadas em primeira e segunda instância e pude oferecer ao ouro administrador condições de administrar porque havia deixado aquilo em ordem, graças à oposição.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente, quero dizer que me honro em seu seu liderado. V. Exa. é um líder autêntico, com razões sobejas para ocupar esta posição que com tanta galhardia ocupa nesta Casa. Líder incontestado no meu entendimento. V. Exa., neste brilhante discurso, nesta impressionante explanação, fala que há cochichos nos corredores desta Casa de que Deputados freqüentam o Palácio Iguaçu. No tempo do Governo anterior, do sr. Paulo Pimentel, de quem me considero grande amigo e profundo admirador, fui dos Deputados que mais pediu favores, porém jamais para a minha pessoa. Desafio quem quiser provar o contrário.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Permite um instante? Eu sempre entendi que a presença do Deputado, seja de qualquer partido, no Palácio ou nas Secretarias, é necessária. Nada mais justo do que ir ao Palácio, procurar uma solução para os interesses do povo, como V. Exa. fez.

O sr. Nelson Buffara — Foi para aplaudir seu pronunciamento que dei este aparte. Graças a esta minha conduta de ir periodicamente ao Palácio Iguaçu, conseguir do ex-governador Paulo Pimentel, grandes e enormes benefícios para minha região, e ultimamente, através da readaptação que o ex-Governador assinou em 5 de março.

E se assim agíamos, porque somos representantes do povo. Votávamos sempre com a barcada quando ela exigia que os Deputados fizessem questão fechada em determinados assuntos e quando ela nos liberava, votávamos de acordo com nossa consciência, sempre defendendo os interesses de nossa região.

Concordo com V. Exa. quando diz que devemos, que os srs. Deputados devem procurar o sr. Governador para dialogar com S. Exa. e reivindicar benefícios para para nossa região.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte com que V. Exa. nos honrou e, mais uma vez, afirmo que acho necessário a presença, a participação de todos os Deputados, seja de que partido for, num esquema de Governo, desde que seja bem intencionado e que se relacione com os problemas da região que representa.

Sr. Presidente, concluindo, quero agradecer à Casa, e dizer, mais uma vez, que aprendemos a lição e fazemos desta Assembléia um instrumento de elevação do povo paranaense.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não era, evidente, propósito meu, ocupar o tempo dos srs. Deputados, neste final de sessão e abordar assunto já discutido, há pouco, neste Plenário.

Mas, sinto que lhes devo uma explicação, preciso dizer aos srs. Deputados certas coisas que dizem respeito ao meu comportamento pessoal nesta Casa. E não estou falando, neste momento, como Vice-Líder do Governo.

Ao dar o meu aparte ao deputado Erondy Silvério, dizendo a S. Exa. que eu, realmente, desconhecia, praticamente, tudo aquilo que foi dito ontem, aqui neste Plenário. Não sabia da situação tão difícil, tão endividada e tão comprometida do Estado do Paraná.

Pois bem, srs. Deputados, dizia S. Exa. que eu, ao tempo que fui Presidente da Casa tive todas as armas para me inteirar da situação de nosso Estado.

Sr. Presidente, srs. Deputados, o Parlamento, nesta Casa, sempre se caracterizou por atitudes que merecem e, muitas vezes, foram de aceitação pura e simples da vontade dos governadores.

Assim foi, srs. Deputados, quando no início da 2a. Legislatura, ao se esboçar o quadro para eleição da Mesa da Casa, discordei do candidato do Governador e o candidato que apoiei sr. Mansur, derrotou o candidato do sr. Governador, Mattos Leão.

Posteriormente, srs. Deputados, tivemos um episódio dramático, talvez o mais dramático desta Casa, naquela hora em que a Assembléia devia usar um direito seu, quando se buscava emendar a Constituição, e quando, praticamente se tirou quase tudo que a Assembléia tinha de poder e se deu aos demais órgãos e poderes. Dei toda a minha posição política adquirida em Campo Mourão e discordei aqui da tribuna, em memorável sessão noturna que foi, sem dúvida, uma das mais memoráveis.

Posteriormente, na eleição da Mesa, novamente me colocava em oposição ao candidato do Governo. E até, srs. Deputados, que em certa hora, em circunstâncias que eu não sei explicar, fui conduzido à Presidência desta Casa. Logo depois de ter assumido a Presidência, uma verdadeira chuva de pedras cai sobre o Legislativo, quando todas as culpas e erros do Brasil e do Paraná eram jogados sobre às costas deste Poder. Foi aí, srs. Deputados, que eu me fiz Presidente.

Recebi o voto de todos os srs. Deputados. Que honra para mim, mas que obrigação que eu havia recebido. Com que pesar, srs. Deputados, passávamos aquelas tarde no gabinete da Presidência, com o rádio na mão, a ouvir as cassações que emanavam de Brasília. E um companheiro de nosso lado sai do gabinete sem mais essa condição de Deputado.

Eu como Presidente sofria, como sofriam também todos os Deputados. E no entanto, apesar de ser Presidente desta Casa, por um ano, apesar de ter conatos seguidos com o Chefe do Executivo, eu não tinha, eu não tive aquelas informações, aqueles dados que foram trazidos aqui ontem pelo sr. governador Haroldo Leon Peres.

As coisas para nós só começaram a ter alguma nitidez quando começaram a correr notícias sobre os problemas da intimidade do Banco do Estado. Zum-zum, boatos cochichos e nós, srs. Deputados, sempre procurando saber da veracidade, do cunho de verdade disso tudo. E as notícias que recebíamos era de que o Estado ia bem. E, realmente, eu não posso deixar de reconhecer, que o sr. governador Paulo Pimentel, em certo tempo de seu Governo, talvez 3/4 de seu tempo, procedeu de forma a merecer todo nosso apóio. Posteriormente, quando essas notícias foram chegando, nós nos preocupamos. Como é próprio de cada um, sabíamos que é natural que o Estado tenha dívidas; é impossível pretender que se faça alguma coisa sem ficar devendo. Sabíamos que ele fazia empréstimos para liquidação a longo prazo, mas não sabíamos, por incrível que pareça, que só com funcionalismo público pudesse dever o Estado 142 milhões de cruzeiros.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Em primeiro lugar, quero fazer justiça a V. Exa., quando Presidente deste Poder, naqueles dias conturbados de 1969. Nós, jamais, nas nossas apreciações sobre a conduta de V. Exa. nesta Casa, deixamos de realçar a lisura, deixamos de reconhecer a coragem e espírito de companheirismo de V. Exa. naquela oportunidade.

Agora V. Exa. disse que o Estado do Paraná deve com o funcionalismo. Não sabia que o Paraná devia 145 milhões de cruzeiros. Mas V. Exa. não pode deixar de desconhecer de que nesta importância está computado também o mês de março e isso não é da responsabilidade do ex-Governador do Estado. O mês de março é da responsabilidade do atual Governador e V. Exa. vai ter conhecimento quando nós trouxermos a resposta daquilo que foi divulgado ontem, de que diversas manobras se fizeram nos dias que antecederam a posse do atual Governador, inclusive de funcionários fiéis, funcionários da

mais alta confiança do sr. Secretário da Fazenda que caíam inexplicavelmente doentes, enfartados, viajavam com a chave do cofre e o dinheiro lá ficava. Com esse expediente, reservou-se ao atual Governo cerca de 18 milhões de cruzeiros, quase 50% da folha de funcionários.

Quando se trocar em miúdos todos esses acontecimentos que antecederam a posse do atual Governador do Estado, V. Exa. há de ver que não cabe muita culpa ao sr. Paulo Pimentel que pagou bem o funcionalismo até dezembro. Não seria nos últimos três meses, por vontade própria, que ele iria deixar de pagar o funcionalismo, ele que recebeu do funcionalismo público uma colaboração inestimável que lhe permitiu realizar a grande obra administrativa que realizou. Se houve atraso de janeiro e de fevereiro não cabe culpa direta ao Governo anterior, mas sim à conjuntura econômica e política porque passou o Estado nos últimos 180 dias.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — O nobre Deputado nesta tribuna fez uma afirmação que me permitiu tirar uma conclusão. Não posso, é verdade, deixar de reconhecer mérito em V. Exa., o seu comportamento nesta Casa como Líder não pode merecer da nossa parte qualquer reparo, V. Exa. esteve com ele nos momentos bons do Governo, esteve com ele até o fim e hoje defende aquilo que com tanto denodo sempre defendeu.

V. Exa. afirmou que assim que lhe forem fornecidos dados e elementos voltará para discutir este problema. Permita-me afirmar, nem V. Exa. sabia das barbaridades que foram ditas, do montante da dívida e do estado de penúria em que se encontra o Paraná. Evidentemente, o quadro é de íntimo dó a nós que somos paranaenses. Não é possível que se saia de um mundo de tanta luz e de repente ao se dar mais um passo tudo se apague e entre na escuridão tremenda. Este é o quadro, esta a realidade. Ninguém pode deixar de reconhecer um fato — nós todos, o interior inteiro, a Capital por completo, este Brasil enorme todos estavam sabendo, estavam certos, convictos de que o Paraná nadava numa situação de riqueza e de repente tudo não é mais isto, se apaga, desaparece.

Não quero, sr. Deputado, chegar ao ponto de fazer a comparação de que se está levando um cadáver à sepultura e cabe ao sr. Haroldo Leon Peres o resto de jogar terra por cima dele. Não é isto que vai ocorrer porque nós Governo, nós Deputados, nós paranaenses, nós todos vamos liquidar tudo isto, vamos pagar as contas, vamos elevar o crédito do Paraná, elevar o grande conceito que o Estado sempre teve. Esta a nossa responsabilidade. Não é propósito do sr. Haroldo Leon Peres fazer simplesmente o papel do coveiro, uma vez lá embaixo o cadáver, cubri-lo de terra.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou acompanhando com interesse as explicações pessoais. Entendo que o homem público, o político bem sucedido não tem necessidade de ser incoerente, deve assumir a parte da responsabilidade que lhe cabe. É nesse sentido que inicialmente nesse aparte, eu quero aqui consignar o meu apreço, o meu aplauso à atitude do deputado Erondy Silvério que admite que, se erro houve na administração passada, erraram todos aqueles que deram cobertura ao Chefe do Executivo. É imperioso que se destaque isso, para que não exista a fórmula fácil de se fugir a essa corresponsabilidade, desconhecendo aquilo que se devia conhecer, ignorando aquilo que se devia saber.

Entendo que o sr. Governador não representava a si mesmo no Governo do Estado, tinha um sistema político que lhe dava sustentação e onde negou, nesta Casa, vários requerimentos de pedidos de informações — como bem citou aqui o meu nobre Líder, desta tribuna — requerimentos que a oposição fazia para esclarecer justamente os fatos que, no dia de ontem o sr. Governador trouxe ao conhecimento desta Casa. Entendo que se essa maioria que dava cobertura ao sr. Governador negou estes requerimentos de informações, ela também não queria saber, ou já sabia o que estava se passando, ou, sabia, e achava que ia tudo bem; então, eram desnecessárias as informações, ou

então, sr. Deputado, ela assumiu a corresponsabilidade dos erros do Chefe do Executivo.

Digo isso porque o homem público não será julgado apenas pelos seus pares, será julgado pelo povo, e, se esta Casa deu sustentação, se a maioria deu sustentação ao Governo do Estado, eu entendo, ela é responsável pela situação que aí está.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Nobre deputado Sebastião Souza, nós, eu, sou Deputado da ARENA, assim como já fui Deputado do PDC. Nunca tive arrependimento de haver sido um homem do PDC, também não me arrependo nunca, de estar hoje a pertencer à ARENA. Nós éramos parte de uma bancada; esta bancada tinha o seu Líder, o seu Líder é que comandava a bancada naquela ocasião, como hoje a comanda o deputado João Mansur. Naquele tempo comandava esta bancada, em períodos sucessivos e de mutação, uma vez, o deputado Jacinto Simões, outra, o deputado Alencar Furtado, e assim por diante. Pois bem: nós somos testemunhas, sr. Deputado, de que uma série de pedidos de informações foram dirigidos ao Presidente. Nós participamos, sob o comando do nosso Líder, das votações que negavam e que às vezes concediam, mas nós não podemos também deixar um pequeno detalhe sem ser esclarecido: — Quando o sr. Haroldo Leon Peres foi escolhido candidato a Governador, ele organizou um escritório de planejamento, e começou, naturalmente através deste escritório, a tomar conhecimento de algumas coisas e de alguns problemas de Estado, e começou então a alertar alguns Deputados, sobre determinados problemas. O que aconteceu neste final de Governo? O MDB passou a considerar indevida, qualquer atuação aqui neste Plenário, de Deputados que estavam sendo ouvidos ou talvez aconselhados pelo sr. Haroldo Leon Peres, que vinham trazer esses dados, não tão completos assim, é verdade e, o MDB passou então, srs. Deputados, a se colocar em posição antagônica, contra aqueles atos praticados pelos Deputados que estavam começando a entender os problemas sobre o alerta do sr. Haroldo Leon Peres.

Assim foi o comportamento, sr. Deputado, nos últimos meses, da bancada do MDB.

O sr. Sebastião Souza — O que eu estranho, é que justamente só a advertência do Governador atual, então candidato naquela época, tenha motivado um Deputado da ARENA a se inteirar dos fatos. Por acaso as advertências nascidas dos homens do MDB não seriam capaz disso, também?

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Esta pergunta não me cabe responder. É lamentação de liderança e assim foi, é e continuará sempre, sempre, no rol da minha agremiação como na do M.D.B..

O sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado. Após ouvir os demais companheiros neste debate com relação ao pronunciamento do governador Haroldo Leon Peres, na tarde de ontem nesta Assembléia, pedi o aparte para justificar como V. Exa. está justificando, com relação ao pronunciamento feito nesta Casa pelo deputado líder do M.D.B., deputado Nivaldo Krüger. Venho, nesta oportunidade, dizer novamente à Casa e trazer ao conhecimento dos Deputados recém-reeleitos, o meu comportamento na gestão anterior nesta Casa quando era Governador S. Exa., o dr. Paulo Pimentel. Os Anais da Casa estão aí e há poucos dias atrás, relendo os Anais desta Casa arrotei e pus em observação os meus pronunciamentos nesta Casa. Fui um Deputado independente por três anos e meio, quase quatro anos. Um Deputado independente. Minha região, que eu representava nesta Assembléia, sofreu, meus companheiros sofreram muito, mas eu, por um dever de consciência, não poderia retroagir e continuei como Deputado independente. E foi nesta oportunidade, neste dia, nesta Casa lembrados alguns requerimentos e algumas solicitações de comissões parlamentares de inquérito e tudo o mais, e eu lembro um fato que ontem foi ventilado por S. Exa. o governador Haroldo Leon Peres, com relação ao reajustamento da Central do Paraná, ocasião que votei contra, como está nos

Anais da Casa, votei contra também o pagamento de títulos do D.E.R. na oportunidade que solicitava e dizia que não era S. Exa. o sr. Governador de então, mas que achava que deveria, no caso do D.E.R., vir o Diretor do D.E.R. explicar à Casa da necessidade da emissão de tais títulos. Com relação à Central do Paraná, disse ao mesmo que haveria necessidade de vir o Secretário de Transportes a esta Casa explicar da necessidade do reajuste, e dizia também na ocasião que nós estávamos no Governo da Revolução, da verdade, porque Revolução para mim era trabalho, era honestidade e era hora da verdade. Nesta oportunidade, este Deputado que vos fala sempre votou a favor de convocações de Secretários e sempre votou contra tais mensagens e, muitas vezes em tais requerimentos enviados a esta Casa, e nesta oportunidade no aparte que V. Exa. me concede, venho talvez dando um desabafo de dizer que a Assembléia de fato, tem culpa de certos casos acontecidos na administração. Era só.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — De modo, sr. Presidente, que acredito, pelo menos, assim de passagem, ter dado aos Senhores um pouco daquilo que vem caracterizando minha atuação nesta Assembléia. Porque faço questão de repetir, aqueles mesmos defeitos que eu tinha como cidadão, aquelas mesmas virtudes que pudesse ter, as trouxe a este Poder. Embora se diga que a intimidade da Assembléia só possam trazer corrupção ao caráter do homem, eu lhes afirmo que não me corrompi.

Continuo tendo os mesmos princípios, certos ou errados. Continuo coerente comigo mesmo, porque faço questão de quando sair desta Casa, não ter vergonha de meus familiares. Não serão, sr. Presidente, mais quatro anos de deputado, mis quatro anos de mandato, que me farão mudar de comportamento.

Hoje estou aqui, não como Vice-Líder do Governo, afirmei de início, mas, em meu nome pessoal. Amanhã virei, talvez, como Vice-Líder ou em meu nome pessoal, mas virei. Repito, porque tenho compromisso comigo mesmo e quero ter a consciência de servir bem o mandato que, por três vezes, me foi outorgado.

Agora, tivemos um episódio que todos vivemos juntos, que foi esta Mensagem que o sr. Governador mandou para cá, criando, ao que se diz nas ruas, uma "batalha federal". Sim, porque foi preciso que se contrariassem interesses de outro Poder. Fui designado relator. Digo-lhes que o voto que pronunciei não é outra coisa, senão o reflexo de meu estado de espírito, com relação àquele problema, tão só àquele problema. Não se verificou favor ou subserviência ao Governo. Era o que eu pensava e o que continuo pensando, assim era e assim ainda é e faço votos de que tenha sempre a mesma coerência. No momento que julgar necessário virei à tribuna, com toda a plenitude que o mandato realmente me dá.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Este aparte é justamente porque V. Exa., deputado Armando Queiroz, no início de seu brilhante discurso, colocou-se na tribuna falando na qualidade de Vice-Líder da ARENA.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Falei em meu nome pessoal e não como Vice-Líder.

O sr. Muggiati Filho — É um esclarecimento que V. Exa. presta, porque ouvi V. Exa. dizer como Vice-Líder e, talvez, não tenha concluído bem meu pensamento. De qualquer maneira, V. Exa. é uma figura preeminente e brilhante da bancada arenista nesta Casa, embora sem ter ainda, porque achamos mesmo prematura, qualquer opinião formada a respeito da Mensagem que S. Exa. o sr. Governador nos endereçou, em data de ontem.

Queremos, sr. Deputado, acertuar apenas uma posição que pretendemos tomar, nesta Casa, corroborando, em parte, o que disseram os nobres Deputados da bancada da ARENA, Fabiano Braga Côrtes e V. Exa., porque com relação a esse voto fui contrário, naquela ocasião em que se pretendia um empréstimo de 40 milhões de dólares ao Governo de Israel — e se não me

da Estrada de Ferro Central do Paraná. Esta notícia tenho em mente, e quase afirmo com certeza, porque estávamos às vésperas de eleições e perto de mil famílias de operários foram dispensadas por falta de pagamento. Este assunto é por demais longo e não vou me demorar.

Então, queremos dizer apenas isto: se de fato existe culpa do Poder Legislativo não culpemos apenas o Poder Legislativo, mas acho que a culpa também cabe ao poder civil. Acho que todos temos o dever patriótico de lutar pela volta do poder civil, e isto conseguiremos fazendo parte, participando deste Governo. Não vejo por onde, sobre Deputado possa daqui para a frente, a ilustre bancada de V. Exa. fugir — não digo fugir no sentido de evasão — mas fugir no sentido de se omitir, de não permitir que a Mensagem que trouxe o sr. Governador seja conhecida. Essa Mensagem implica em responsabilidade de ambas as partes e, portanto, é necessário que seja esclarecida e levada ao conhecimento do povo, para que o povo possa acompanhá-la. Determinados assuntos não são levantados somente os de interesse político partidário. Não estamos, com isso, fazendo nenhuma insinuação, mas queremos que o povo tenha conhecimento dessa Mensagem. Achamos que existe uma responsabilidade enorme desta Casa com relação a este assunto. Iremos votar, dentro de breves dias, as contas do Governo passado, se não me engano, e é preciso que sejam devidamente esclarecidos os pontos principais, e mesmos os acessórios, da Mensagem governamental.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. deputado Muggiati Filho, quando cheguei ao Paraná em 1951, fui residir em Apucarana, e lá se falava, se dizia, que o Governador anterior havia contratado a construção da estrada Apucarana-Ponta Grossa, e pago, tendo a firma empreiteira de então, Bygton e Cia., recebido o pagamento em terras devolutas centenas de milhares de alqueires terras na região pioneira do Paraná.

Foi a primeira vez, a primeira referência, que tivemos: a estrada estava contratada e totalmente paga. E não ouvi mais nada.

Há cerca de dois anos o problema retornou a esta Assembléia.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Só para lembrar à Casa, e a V. Exa., que nesse episódio da Estrada de Ferro Central do Paraná e a firma Bygton e Cia., o Governo do Paraná pagou uma importância enorme pela rescisão do contrato à firma Bygton.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — O problema voltou para esta Assembléia e tinha o propósito de recommençar tudo de novo, de se fazer uma estrada que, na minha opinião, segundo eu entendo, já era absoluta, totalmente superada, uma estrada de 70 centímetros de bitola, quando nenhum País do mundo tem isso, quando todos já estão transformando e empregando bitolas maiores.

Pois bem, naquela ocasião já se sabia quem ia ganhar a concorrência, se é que houve. No contrato existia uma cláusula que nos impressionava e lembro V. Exa., que o autor do projeto foi o MDB, um que teve o mesmo comportamento do prefeito de Maringá, sr. Valmor Giavarina.

O sr. Muggiati Filho — Obrigado pela referência feita ao comportamento.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Numa das cláusulas do contrato dizia que o Governo federal iria ressarcir a despesa feita pelo Estado. Pois bem, foi tudo muito bem posto e equacionado, preço total, a obra paga.

Temos depois, para surpresa nossa, volta o Governo com nova mensagem, pedindo mais, — não estou lembrado se 40 milhões de dólares, — mas alguns milhares de cruzeiros para completar uma obra cujo contrato, no seu preço, já havia inteiramente cumprido. Aí, srs. Deputados, o problema veio a esta Assembléia com esse caráter. Um sem número de Deputados, quantos deles, não se podiam conformar com isso de forma nenhuma, porque pedir tanto dinheiro para aquela obra, se já estava tudo pago. Mas era um aditivo, uma alteração de preço.

Volta novamente o problema para ser deslocado para a esfera federal, com o compromisso de que o Governo federal iria ressarcir todos os gastos que se fizessem nessa estrada. Daí porque a Assembléia se convenceu de que

custasse o que custasse a União tinha concordado, pois ela tinha seus engenheiros, técnicos, departamentos técnicos para estudar o problema, e se ela ia pagar, era que o preço era bom e não víamos, então, porque negar.

Neste sentido, a lei foi aprovada e está lá, na esfera federal, aguardando pronunciamento do Governo federal.

Com relação às contas do Governo, que estavam em votação nesta Casa, quero dizer que as contas eram relativas a 1969. Estão realmente nesta Casa, em 3a. discussão e nós ainda teremos condições e oportunidade de analisar as de 1.970.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Deputado que falta apenas um minuto para terminar o seu tempo na tribuna.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Obrigado, sr. Presidente, vou terminar, deixando, em virtude de se ter esgotado o tempo regimental, de ouvir o aparte do deputado Antônio Belinati. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 190-69, 270-70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 59-69, 271-69;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 23-70, 43-70.

Levanta-se a sessão.